

AGENDA PARA A
INCIDÊNCIA POLÍTICA
REGIONAL

2022

Juventudes Rurais ALC "Somos Terra e Território"

DEMANDAS E PROPOSTAS POR UM MUNDO COM DIREITOS À TERRA

INTERNATIONAL
LAND
COALITION

AMÉRICA
LATINA Y
EL CARIBE



Corporación
Desarrollo
Solidario



JUVENTUDES
RURALES
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE
Somos Tierra y Territorio

O presente documento foi desenvolvido mediante um processo participativo no âmbito da Escola Juventudes, Terra e Território, espaço que ocorreu de novembro de 2021 a março de 2022. Posteriormente, foi complementado com contributos prestados no âmbito do fórum público: “Juventudes trabalhando por territórios sustentáveis”, que aconteceu em novembro de 2022 na Guatemala.

Vale destacar que o conteúdo foi validado por jovens de 12 países da nossa região. Assim, e para garantir a continuidade deste processo, esta importante contribuição foi adotada pelo Movimento juvenil, para a ILC LAC, cujo nome é Juventudes Rurais ALC Somos Terra e Território.

Apresentação

Em 2015, os Estados Membros da Organização das Nações Unidas aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de fornecer diretrizes para a superação das desigualdades sociais, econômicas, políticas e ambientais, com base na formulação de 17 Objetivos. Nesse sentido, a Agenda 2030 destaca, entre outros aspectos, o papel que as juventudes podem desempenhar para alcançá-los, levando em consideração sua diversidade e seu potencial para propor estratégias inovadoras que contribuam para o alcance de tais objetivos.

Na mesma direção, a Coalizão Internacional da Terra para a América Latina e o Caribe - ILC LAC - trabalha desde 2013 em ações voltadas para a juventude rural, priorizando problemas relacionados com o acesso à terra. O trabalho realizado durante esses anos contribuiu para fortalecer as capacidades da juventude rural para participar de espaços de diálogo, bem como fortalecer a informação disponível sobre juventude e acesso à terra. Durante 2020, promoveu uma série de conversas com organizações membros e externas a ILC e, assim, identificar os temas prioritários que estão sendo tratados na região sobre este tema. O diálogo coincidiu com a pandemia da COVID-19, que sustentou fenômenos como a crise climática que põe em risco a segurança alimentar do planeta; pobreza monetária; a desigualdade; exclusão e violência de gênero, entre outros.

Diante do ressurgimento desses fenômenos, ganha relevância o papel que as juventudes podem desempenhar na proposição de soluções diante das consequências da pandemia e no cumprimento da Agenda 2030. Nesse contexto, a ILC empreendeu um processo global para fortalecer as capacidades da juventude rural para o diálogo e a defesa política e para promover a formação de uma rede de juventudes em nível global. Na ALC, impulsionamos esse processo a partir da implementação da Escola Juventudes, Terra e Território, que teve dois resultados principais: a formação do Movimento Juventudes Rurais ALC “Somos Terra e Território” e a elaboração de uma primeira versão deste documento da Agenda regional. Posteriormente, em novembro de 2022, o documento foi ampliado e enriquecido no marco do Intercâmbio e Fórum Público: Juventudes trabalhando por territórios sustentáveis, realizado na *Guatemala*¹.

Este documento é o resultado de um diálogo participativo enquadrado em um processo que incluiu jovens de diferentes países da região. Os desafios e propostas que constam deste documento são a síntese dos debates e acordos realizados no processo. Embora seja um resultado, este documento não é definitivo, pelo contrário, fornece subsídios para continuar o intercâmbio, o debate e os acordos com mais jovens da região. Esta agenda é um roteiro, entre muitos outros, para abrir caminho para a defesa dos territórios rurais da ALC.

¹ O Fórum foi realizado em parceria com a Oxfam, FIDA e FAO. Jovens envolvidos em iniciativas apoiadas por essas instituições, fizeram parte da construção deste documento.

Introdução

A região da América Latina e Caribe (ALC) é vasta e heterogênea em termos de geografia, política, economia e biodiversidade. A região abriga cerca de 60% da biodiversidade total do planeta, daí sua importância como principal provedora de serviços ecossistêmicos em nível global. As florestas da América Central, da Bacia Amazônica e de outros biomas andinos e do Cone Sul são ecossistemas com grande capacidade de sequestro de carbono e ajudam a regular a atmosfera que afeta os regimes climáticos em todo o mundo (Morris et al, 2020; PNUMA, 2016). Da mesma forma, a ALC é considerada uma região estratégica em termos de sistemas agroalimentares devido à sua capacidade de alimentar uma população em rápido crescimento, aumentar as exportações e o desenvolvimento econômico e contribuir para a redução da fome e da pobreza global (Morris et al, 2020).

Apesar do papel estratégico que desempenha, a ALC é considerada a região mais desigual do mundo. Segundo dados da CEPAL (2019), as áreas rurais abrigam mais de 123 milhões de pessoas, das quais apenas 50 milhões estão listadas como trabalhadores formais; os índices de pobreza (45,7%) e extrema pobreza (21,7%) nessas áreas dobram os percentuais das áreas urbanas. Dentro dessas porcentagens, 46,7% da população indígena -8% da população total da ALC-, e 25,8% da população afrodescendente -21,1% da população total da ALC- vivem em condições de pobreza nas áreas rurais. Isso contrasta com o fato de haver uma concentração de riqueza entre 40% e 50%, por uma pequena elite.

Algumas das causas que explicam a desigualdade na região referem-se ao modelo de desenvolvimento implantado nas últimas décadas. Sua riqueza em biodiversidade e seu potencial agrícola têm servido de base industrial para atividades como extração de recursos minerais e energéticos, manufatura e agricultura.

Apesar de este tipo de atividade ter contribuído para o crescimento econômico da região, o aumento desses números não é extensivo a todos os setores sociais e produtivos das áreas rurais que não obtêm renda suficiente para satisfazer as necessidades básicas e nenhum progresso significativo tem sido observado em questões de emprego formal, acesso a serviços básicos, cobertura de saúde e seguridade social e acesso à educação de qualidade. Pelo contrário, a implantação de enclaves de mineração, a agroindústria baseada em monoculturas, as más práticas de introdução de gado em florestas e selvas e o desflorestamento de ecossistemas estratégicos, tem como significado a desapropriação e degradação de bens fundamentais para o desenvolvimento da vida, sustentando a vulnerabilidade ecológica e social desses territórios.

Das diferentes organizações que fazem parte do Sistema das Nações Unidas, o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe -CEPAL-, o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID-, entre outras entidades multilaterais, têm dado mais atenção à situação de desigualdade e pobreza na região, promovendo um desenvolvimento que integra o cuidado do meio ambiente, desenvolvimento econômico e social. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um exemplo claro de uma agenda global que parte dessa visão de desenvolvimento, pensando na erradicação da pobreza para garantir o bem-estar de todos, levando em consideração o cuidado com o meio ambiente e a crise climática. Nesse sentido, tanto a terra e outros bens naturais, como os sistemas agroalimentares, ganharam relevância por serem essenciais para a superação da pobreza e erradicação da fome na região e no mundo.

Nesse sentido, a terra é considerada um bem fundamental para a superação da pobreza, pois é a base para o desenvolvimento da agricultura e a manutenção da subsistência rural. A agricultura e os sistemas agroalimentares são fundamentais para o alcance dos objetivos relacionados à segurança alimentar e nutricional, resiliência climática e geração de empregos rurais. No panorama global, a agricultura da ALC é essencial porque ocupa o primeiro lugar nas exportações de alimentos, ajudando a estabilizar a oferta de alimentos e reduzir a variabilidade de preços globalmente (Morris et al, 2020). No entanto, o potencial regional contrasta com a grande heterogeneidade dos sistemas agroalimentares de cada país devido às características geográficas, demográficas, climáticas e biológicas; fatores que afetam a escala e modernização da agricultura e sua contribuição para a economia (Morris et al, 2020: 27).

A América Latina e o Caribe é uma das regiões com os maiores índices de desigualdade no acesso à terra (ILC-OXFAM, 2020), fato que se reflete na alta concentração de grandes indústrias e latifundiários, em contraste com baixos níveis de formalização e de formalização e titulação de camponeses, afrodescendentes e indígenas, com especial atenção às mulheres e juventudes rurais.

Esta tendência, somada aos fatores mencionados acima, marcam o perfil agrícola de cada país; ou seja, a concentração de grandes extensões de terra para a agricultura industrial afeta a prevalência de alguns produtos como carros-chefe de um país e eles são adicionados ao inventário regional. Alguns exemplos são: Brasil e soja, Argentina e trigo, Uruguai e carne bovina, Equador e banana, Guatemala e hortaliças, Haiti e frutas, entre outros (FAO, 2014). Embora a soma desses produtos de exportação sustente a ideia de uma "grande despensa de alimentos" para o mundo, um dos problemas desse modelo é que grande parte dos países da ALC são, ao mesmo tempo, importadores de alimentos.

A configuração da América Latina e do Caribe como potência agrícola e biodiversa tem sido um processo concomitante com seus esforços para superar os níveis de pobreza, fome e insegurança alimentar. De acordo com o último relatório da FAO (2021) sobre o progresso dos ODS, relacionados à alimentação e agricultura,

houve um retrocesso considerável devido à pandemia do COVID 19. Os números globais mostram um aumento na proporção de pessoas com fome no mundo (8,4% para 10,4%); a prevalência de insegurança alimentar, moderada ou grave, disparou equivalente ao crescimento dos últimos cinco anos. A proporção de países afetados pelo aumento dos preços dos alimentos cresceu consideravelmente em 2020 e, também, a diferença de renda e produtividade dos pequenos agricultores -nos países em desenvolvimento- ficou evidente em relação à produção em grande escala.

O relatório alerta para a impossibilidade de atingir os ODS, sobretudo se levar em conta o retrocesso que a pandemia de COVID 19 significou a nível global. Estima-se que a emergência sanitária tenha apresentado um aumento no número de pessoas pobres e na taxa de pessoas em extrema pobreza em todo o mundo. Este alerta aponta para a busca de ações urgentes e efetivas para conter os efeitos da pandemia e alcançar algumas das metas traçadas nos ODS. Nesse sentido, reafirma-se o potencial da região, tanto para garantir a segurança alimentar de seus habitantes e contribuir com a do resto do planeta, quanto para ajudar a mitigar os efeitos da atual crise climática; os dois grandes desafios que o planeta enfrenta hoje. No entanto, para atingir esses fins, é fundamental questionar a viabilidade da atual base industrial que sustenta o desenvolvimento da região, bem como incluir grupos sociais que foram relegados a esse modelo.

O apelo urgente à tomada de medidas que mitiguem os efeitos imediatos da pandemia e que contribuam para reduzir as lacunas existentes não se refere a apenas à vontade política e alocação de mais recursos aos setores que, tradicionalmente, contam com o apoio de governos e estratégias multilaterais. Essas medidas devem incluir inexoravelmente as vozes de mulheres, trabalhadores informais, juventudes, camponeses, povos indígenas e comunidades afrodescendentes, já que são os principais afetados por essas desigualdades e porque têm propostas que respondem aos desafios atuais.

Os desafios atuais da ALC em termos de segurança alimentar, crise climática e desenvolvimento econômico e social tornam necessário articular as diferentes vozes que habitam a região. Isso implica reconhecer as condições de vulnerabilidade de determinados grupos devido às relações de poder e desigualdade nas quais estão inseridos; bem como as estratégias e propostas que lhes permitiram sobreviver em meio a essas desigualdades. Embora essas vozes se refiram principalmente a mulheres, trabalhadores informais, juventudes, camponeses, povos indígenas e comunidades afrodescendentes; A partir de uma perspectiva interseccional, esses grupos populacionais podem ser abordados como dimensões analíticas. Nesse sentido, focar a juventude e o papel que ela pode desempenhar diante dos desafios regionais implica levar em consideração como a identidade de gênero, a orientação sexual, o pertencimento cultural, os subgrupos etários e de classe afetam suas experiências vitais e seus projetos de vida.

Falar de juventude apresenta uma série de dificuldades, pois não há uma definição inequívoca; porém, como ponto de partida, pode ser entendida como

uma construção social intimamente relacionada ao seu referencial, para além da faixa etária. A fase da juventude refere-se aos processos fisiológicos e ao contexto social que dá o tom de como essa fase é assumida (Guiskin, 2019). Os jovens constituem um grupo social diverso cujas experiências e projetos de vida são atravessados pelos referenciais em que se inserem. Segundo os critérios da Organização das Nações Unidas, a faixa etária do que é considerado jovem, oscila entre 15 e 24 anos; por sua vez, a CEPAL o estende para 29 anos. Apesar da diferença, esse aspecto é importante na formulação de políticas públicas e programas voltados para essa população.

A proporção de jovens em relação à população total da região é menor nas áreas rurais do que nas urbanas. Nos contextos rurais, as juventudes encontram-se em situação de maior exclusão social e vulnerabilidade face aos seus pares urbanos porque não têm acesso garantido aos serviços básicos, a qualidade da oferta educativa é inferior, têm acesso limitado aos espaços recreativos e artísticos, têm níveis de pobreza mais elevados -em comparação com seus pares urbanos e adultos das áreas rurais- e têm maiores obstáculos para as relações de trabalho. Tudo isso rompe a possibilidade de pensar um projeto de vida no campo, gerando fraturas no tecido familiar e comunitário devido à migração.

O deslocamento das áreas rurais para os centros urbanos - vistos como fontes de oportunidades - não é uma garantia para a concretização de suas expectativas. As disparidades estruturais entre o campo e a cidade funcionam como critérios de diferenciação na entrada no mercado de trabalho, pelo que a maioria das juventudes rurais acede a empregos informais ou em condições precárias; entretanto, esta opção garante um mínimo de autonomia em relação à sua situação no meio rural. Enquanto o emprego garante uma renda fixa, o trabalho na terra da família não gera renda para as juventudes porque elas são mão de obra não remunerada no modelo de economia familiar.

Somado a isso, eles têm grandes dificuldades de acesso a ativos como terrenos e outros recursos: por um lado, as instituições financeiras os percebem como uma população de risco, daí a falta de acesso ao crédito para aquisição de ativos. Por outro lado, a forma mais comum de acesso à própria terra é por herança, o que significa que, na realidade, já não são jovens quando herdaram. A concentração de terras para empresas agroindustriais e outros projetos extrativistas também limita o acesso à terra para jovens rurais, mulheres, povos indígenas e comunidades afrodescendentes; impactando negativamente as possibilidades de desenvolvimento econômico autônomo em seus territórios.

Apesar de não terem as mesmas possibilidades de acesso a bens e serviços, em comparação com a juventude urbana; sim, é uma geração mais qualificada que seus pais e avós, além de usufruir de outros espaços -em parte graças à tecnologia- que não necessariamente estão alinhados com as tradições do campo. Assim, as suas expectativas não se centram apenas no trabalho agrícola e no esforço físico que este exige, mas contemplam projetos mais inovadores que lhes permitam espaços de lazer.

Diante das condições pelas quais o planeta passa atualmente, diferentes

organizações têm voltado seu olhar para essa população. Muitas das agendas multilaterais veem a juventude rural como um ator com grande potencial para lidar com contextos de crise. Porém; Os Estados não têm sido enérgicos quando se trata de formular e implementar planos e políticas voltados para a juventude. Segundo Ernesto Rodríguez (2020), diretor do Centro Juvenil Latino-Americano - CELAJU-, existem contradições nas formas como as juventudes são percebidas. Por um lado, são vistos como um grupo de risco e, por isso, a atenção do Estado deve estar voltada para o controle e redução desses riscos. Ao mesmo tempo, são percebidos como sujeitos de direitos, o que significa que as juventudes devem ter uma série de direitos garantidos por meio de políticas públicas. Outra forma de percebê-los é como atores estratégicos do desenvolvimento com potencial para influenciar alternativas para o avanço de seus países. O resultado de tudo isso é que, atualmente, não existem programas eficazes de atenção à juventude em comparação com os que existem para crianças e mulheres.

Embora a pandemia tenha revelado uma série de contradições e desigualdades próprias do modelo de desenvolvimento predominante, em muitos casos também significou uma revalorização das áreas rurais. A informalidade, a precarização do trabalho e o custo de vida nas cidades se acentuaram com as restrições impostas pela pandemia. Medidas como quarentenas e adoção do teletrabalho colocam em xeque muitos trabalhos informais que exigiam trabalho presencial. A diminuição da renda decorrente dessas mudanças fez com que muitos jovens migrantes rurais voltassem para suas casas no campo.

Ainda que a pandemia tenha sido um duro golpe na produção agrícola em grande escala, os sistemas agroalimentares da agricultura familiar inseridos em circuitos curtos de comercialização conseguiram se manter e garantir a segurança alimentar da unidade familiar e da comunidade. Isso tem servido para reivindicar um tipo de produção subordinada ao modelo de produção industrial, destacando sua contribuição para a segurança e soberania alimentar e a preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, as juventudes do campo encontram mais motivos para defender seus projetos de vida no campo, sem perder de vista a urgência de garantias para atender às suas expectativas. Este documento surge em virtude de um projeto de vida que garante o desenvolvimento econômico; uso sustentável da terra, água e florestas; o uso e conservação de sementes próprias; a preservação e transmissão de saberes e práticas tradicionais; e espaços para troca de conhecimento e advocacia. Mais do que um resultado, este documento é o ponto de partida para articular demandas e iniciativas que permitam as juventudes uma vida digna nos territórios rurais latino-americanos.

Metodologia

A construção da Agenda das Juventudes Rurais para a América Latina e o Caribe faz parte de um processo de formação liderado pela International Land Coalition - ILC LAC -, a organização de Jovens Profissionais para o Desenvolvimento Agrícola -YPARD- (por sua sigla em inglês) do Peru e a Corporação de Desenvolvimento Solidário -CDS- da Colômbia. Este processo denominado “Escola de Juventudes Rurais, Terra e Território” contou com a participação de jovens vinculados a diferentes organizações sociais de 10 países da região.

A construção da agenda foi pensada como um exercício participativo² em que se procurou identificar desafios e propostas comuns, a partir das experiências vitais dos e das jovens. A caracterização dos desafios foi orientada por uma abordagem territorial que permitiu dar conta das relações, histórias, significados e apropriações dos participantes em seu espaço físico e social. Ou seja, cada um dos encontros foi orientado para analisar características e limites geográficos, sociais e políticos; bem como as relações de poder que constituem esses espaços e que nele se constituem, marcando relações e dinâmicas de desigualdade (Fernández y Asensio, 2014).

Da mesma forma, por se tratar de uma agenda das juventudes e, compreendendo as desigualdades de gênero e etnia entre os próprios jovens, o processo de coleta e análise da informação foi pautado por uma abordagem interseccional. Nessa perspectiva, foi possível identificar diferenças relacionadas às relações de gênero e poder, a partir de aspectos como relevância cultural, classe social, idade, entre outros (Viveros, 2016). Da mesma forma, facilitou a análise da interação das juventudes rurais nos e com os espaços a que pertencem e, desta forma, vislumbrar como eles se relacionam com o público, e os alcances e limites dessa interação.

Em termos operacionais, a construção do documento foi concretizada graças ao interesse de um grupo de jovens participantes da Escola, que constituíram uma comissão de trabalho. Foram realizados oito encontros virtuais de duas horas com esse grupo, por meio da plataforma Zoom, entre os meses de novembro de 2021 e março de 2022. O primeiro encontro teve como objetivo conhecer os integrantes da equipe e apresentar a proposta metodológica pensada para a construção do documento.

² O IAP é um referencial teórico e metodológico desenvolvido na década de 1970 por Orlando Fals Borda e Carlos Rodrigues Brandão na Colômbia e no Brasil, respectivamente. O IAP surge do interesse de vincular as ciências sociais aos interesses dos movimentos camponeses, questionando a objetividade e a neutralidade do pesquisador, ao mesmo tempo em que enfatiza o valor do conhecimento que os sujeitos que dele fazem parte possuem e aportam (Fals Borda e Brandão, 1986). Nesse sentido, um processo baseado no IAP entende que as pessoas têm um papel mais ativo na medida em que se envolvem nos processos investigativos; ou seja, são os atores sociais que podem identificar as necessidades e os problemas de seu meio, na medida em que são incluídos ativamente no processo (Colmenares, 2012).

Nas sessões seguintes trabalhou-se cada um dos eixos presentes no documento, dedicando-se uma sessão a cada um deles. As reuniões finais tiveram como foco o fortalecimento dos desafios e propostas de cada um dos eixos.

Como estratégia de validação, foram feitas quatro apresentações com o andamento das propostas no âmbito da Escola de Formação, pela comissão de agenda. Igualmente, foram realizadas duas sessões de trabalho de grupo com todos os participantes da escola, de forma a recolher inputs para as propostas. Outra das estratégias de feedback consistiu na consulta da opinião dos oradores convidados para o espaço de formação, de acordo com a sua área de especialização. Com o objetivo de reforçar os encontros virtuais, foi criado um grupo de WhatsApp para compartilhar informações pertinentes à pauta. A partir daí, algumas datas de discussão foram confirmadas e remarcadas, e propostos exercícios que serviram de disparadores para os diálogos virtuais.

No caminho para continuar enriquecendo o documento, durante o *Fórum Público: Jovens trabalhando por territórios sustentáveis*, realizado na Guatemala, cerca de 50 jovens contribuíram com novos desafios e propostas aos cinco eixos apresentados pela Agenda.

A redação teve como antecedentes um processo de consulta a fontes secundárias e a sistematização de encontros virtuais e presenciais.

Acesso à terra e recursos naturais

A partir das experiências dos participantes nas sessões de discussão em torno deste eixo, constatou-se que, sem dúvida, um dos grandes desafios continua a ser a migração dos jovens para as áreas urbanas, devido às dificuldades inerentes ao desenvolvimento de um projeto de vida na ruralidade. O deslocamento de áreas rurais remotas para áreas intermediárias e cidades está relacionado aos obstáculos que os jovens enfrentam no acesso à terra. No caso dos povos indígenas, observou-se que, embora protegidos pela Convenção 169 da OIT e pela Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas, na prática, os Estados não são garantidores do cumprimento do Direito à Autodeterminação - artigos 3 e 4 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas-.

No Não há segurança jurídica das terras ancestrais comunitárias e dos povos indígenas, o que leva à desapropriação, situação agravada pelo pouco acesso que os povos têm à justiça para encontrar uma solução. A desapropriação do território dos povos indígenas (migração e deslocamento forçado) significa a desconexão com sua identidade, daí o aumento dos danos à saúde mental e o aumento dos casos de suicídio, autoflagelação e consumo de substâncias psicoativas.

A desapropriação do território por comunidades afrodescendentes, camponeses e indígenas é uma fratura no tecido social; uma ameaça à segurança e soberania alimentar; uma limitação para o desenvolvimento de projetos de vida autônomos

e uma ruptura nas relações materiais e simbólicas que se entrelaçam com o meio.

Por sua vez, as mulheres jovens têm menos oportunidades de trabalho no setor rural, a possibilidade de empreender iniciativas que lhes permitam maior autonomia é prejudicada pelas dificuldades de acesso à terra. Em muitos casos, é por meio de heranças ou alianças matrimoniais que as mulheres têm a possibilidade de se estabelecer no meio rural. Em países como a Guatemala, por exemplo, alguns programas relacionados à concessão de terras para atividades agrícolas são voltados para a unidade familiar; ou seja, são destinados a jovens que já possuem família. Este é um problema na medida em que tanto os jovens como as jovens não projetam necessariamente o seu futuro desta forma, pelo contrário, querem garantir um pedaço de terra para concretizar projetos autônomos que não necessariamente se restringem ao trabalho agropecuário. Ou seja, apontam para o equilíbrio entre o trabalho na terra, as atividades de organização e os espaços de lazer e formação, e não a responsabilidade de uma família.

No entanto, às dificuldades de acesso à terra, soma-se a dificuldade de acesso a créditos ou estímulos econômicos para a implementação de iniciativas rurais. A precariedade laboral que vivenciam, tanto no meio rural quanto no urbano, os coloca como sujeitos de risco perante as instituições financeiras, uma vez que não possuem garantias econômicas para responder por créditos ou contrapartes. Por sua vez, a falta de liquidez retarda o acesso a bens tecnológicos e educacionais fundamentais para projetos produtivos inovadores. Em contrapartida, as empresas que se dedicam à agroindústria, à pecuária extensiva e à exploração de recursos minerais contam com incentivos financeiros estatais e têm acesso a crédito em entidades bancárias. Isso se explica porque eles têm musculatura financeira para arcar com as dívidas contraídas e seu modelo de produção em larga escala está em sintonia com o modelo de desenvolvimento promovido pelos governos. Isso reflete a desigualdade no acesso às oportunidades de desenvolvimento rural e perpetua tensões e antagonismos em relação ao acesso e uso da terra e outros bens naturais.

Diante de um modelo de desenvolvimento que concebe a natureza como uma mercadoria que pode ser explorada para fins econômicos, a juventude rural da região demanda um modelo alternativo de desenvolvimento que tenha como pilares a soberania alimentar e a proteção do território. Nesse sentido, propõem considerar o acesso a bens como a terra, a água, as florestas e os animais como um direito humano. Esta estratégia torna necessário pensar em mecanismos eficazes e na alocação dos recursos necessários para proteger a riqueza ambiental dos territórios rurais e melhorar a gestão dos recursos naturais nas comunidades.

Em muitos países da região, a legislação agrária não é cumprida e não há vontade política de democratizar o acesso à terra, muito menos para as juventudes. O acesso à terra e outros bens naturais do território é vital para as juventudes rurais, pois representa a possibilidade de trabalho digno e autonomia econômica no campo. O caminho para o conseguir alcançá-lo contempla a participação nos espaços de planejamento e de tomada de decisão de forma a garantir processos autônomos de governança territorial. Apesar das dificuldades de acesso a esses

espaços de advocacy e das barreiras levantadas pelos Estados para liderar reformas estruturais, as juventudes rurais apresenta um conjunto de propostas voltadas para enfrentar os desafios relacionados ao acesso à terra e outros bens naturais:

- Reconhecer o acesso à terra como um direito humano para as juventudes rurais.
- Implementar efetivamente políticas públicas de acesso à terra e segurança jurídica para as juventudes rurais, priorizando mulheres e jovens indígenas e afrodescendentes.
- Atualizar e criar programas de apoio financeiro social e agrícola que não requeiram contrapartidas econômicas para acesso à terra por parte da juventude rural.
- Destinar recursos financeiros para capacitação agrícola e acesso à tecnologia para a mecanização das iniciativas produtivas.
- Promover iniciativas locais (estatais e privadas) de acesso à terra e outros bens, bem como garantias econômicas para poder produzi-los.
- Urgência de proteção dos nossos territórios contra as práticas que sustentam a degradação do solo, tendo em conta que até agora não existe diferenciação de responsabilidades face à degradação do solo e não existem ações contundentes para mitigar os efeitos resultantes de práticas industriais de grande escala.
- Fortalecimento da organização comunitária para acesso à terra e defesa dos territórios.
- Fortalecimento das autoridades ancestrais e da governança que exercem em seus territórios.
- Pesquisa comunitária sobre direitos à terra e ao território (científica, cultural, ancestral e histórica).
- Respeitar e proteger os lugares sagrados dos territórios ancestrais.

Sistemas agroalimentares com enfoque agroecológico

Um sistema agroalimentar pode ser definido como o conjunto de atividades necessárias para a produção e distribuição de alimentos. Seu desenvolvimento requer terra, sementes, água e agroquímicos, além de mão de obra e tecnologia. Entende-se que um sistema agroalimentar não necessariamente integra uma visão agroecológica, independentemente de estar ou não inserido em economias

de escala. Nesse sentido, identificou-se uma tensão entre iniciativas agroecológicas de pequena escala e aquelas que utilizam o pacote tecnológico - sobrevivente da Revolução Verde-; e uma tensão entre essas iniciativas e o modelo baseado na monocultura de grandes áreas.

A partir das experiências dos participantes, essas tensões são explicadas pelo tipo de políticas agrárias existentes na região, as vantagens e desvantagens para acessar economias de escala, a falta de tecnologia e a falta de reconhecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Observa-se que em nível regional há uma tendência em termos de política agrária de padronizar e aumentar a produção para maior rentabilidade. Daí a ênfase na utilização de sementes certificadas que, pela sua qualidade, requerem fertilizantes e pesticidas que ajudem a manter as culturas e a aumentar a produção. Muitos camponeses são obrigados a manter este tipo de produção por não disporem de mão-de-obra e ferramentas tecnológicas que aliviem o esforço físico que a agricultura exige. A isso se soma a possibilidade de aumentar a produção graças ao uso de fertilizantes químicos de síntese, o que resulta na possibilidade de maiores receitas na comercialização; e na falta de interesse e acesso à informação, por parte dos pequenos produtores, para implementar experiências agroecológicas.

Embora esse modelo de produção não tenha necessariamente a mesma escala do modelo de monocultura, eles têm em comum o reconhecimento e o apoio estatal, que se traduz em programas de crédito, assistência técnica e maiores possibilidades de acesso a outros mercados. Por sua vez, a produção industrial e agroalimentar, assente nos princípios da Revolução Verde, assume parte da responsabilidade pela degradação dos ecossistemas dos territórios rurais. O uso de sementes melhoradas, a mecanização das lavouras, a irrigação e o uso de agrotóxicos têm sido fundamentais no empobrecimento dos solos e na contaminação das fontes de água pela eutrofização, com o objetivo de aumentar a produção. Porém, não se pode perder de vista outro elo da cadeia da degradação: o consumidor. Embora o crescimento econômico e o modelo agrícola herdado da Revolução Verde tenham sido uma pedra angular do desenvolvimento rural, é importante ter em mente que o aumento da demanda por produtos está diretamente relacionado ao aumento da produção e à degradação ambiental que está subjacente a ela.

O estilo de vida atual, principalmente nas cidades, requer sistemas de produção em larga escala que garantam as demandas energéticas, alimentares e tecnológicas. Desta forma, monoculturas como soja, milho, trigo, arroz, cana-de-açúcar e palma africana, entre outras, foram consolidadas como a base global da agricultura, cujo destino é a indústria de alimentos processados e a produção de biocombustíveis. Os consumidores em grande parte desconhecem a ligação intrínseca entre seus estilos de vida, a produção agrícola e a crise climática.

Os efeitos da agroindústria contrastam com outros tipos de sistemas agroalimentares baseados nos princípios da agroecologia, o que pode contribuir para atenuar as consequências deste modelo de desenvolvimento. Para as juventudes, o potencial da agroecologia na produção de alimentos é claro. Com base em suas experiências, elas descobrem que a agroecologia e as experiências

agroflorestais podem se tornar economicamente rentáveis, garantindo ao mesmo tempo a segurança alimentar e a soberania alimentar. De sua perspectiva, a agroecologia é uma alternativa sustentável, com um sistema de produção que respeita o meio ambiente, garante a alimentação e pode gerar retornos econômicos; no entanto, são necessárias garantias para entrar em outros mercados e para que a remuneração econômica seja equivalente ao valor e ao trabalho deste tipo de sistema. A falta de apoio que recebem se traduz em pouca visibilidade e reconhecimento, daí a dificuldade de criar economias de escala que lhes permitiriam maior renda para a inovação dessas iniciativas, e a falta de conscientização dos consumidores sobre os benefícios ambientais e sanitários da agroecologia.

O problema do acesso à terra está intrinsecamente ligado às possibilidades de avançar em direção a sistemas agroalimentares com uma abordagem agroecológica. A dificuldade dos povos indígenas, afrodescendentes e camponeses em ter acesso à terra limita o desenvolvimento de propostas agroecológicas sustentáveis, assim como a falta de incentivos para que as comunidades e os jovens o façam. Finalmente, as experiências agroecológicas e o uso de práticas ancestrais para a produção de alimentos não estão documentados, o que contribui para sua falta de reconhecimento e valorização dentro das políticas públicas agrárias.

Diante desses desafios, surgem as seguintes propostas:

- Promover iniciativas de inovação e empreendedorismo lideradas por jovens, a partir de uma abordagem agroecológica, visando aumentar a visibilidade e o valor de seus próprios produtos.
- Promover campanhas de visibilidade e conscientização sobre a cadeia produtiva do modelo industrial (semeadura, colheita e consumo).
- Articular uma rede de produtores e organizações sociais que promovam políticas para fortalecer os sistemas agroecológicos agroalimentares e a capacitação financeira dos produtores.
- Fortalecer circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos.
- Sistematização de conhecimentos ancestrais relacionados com a produção agroalimentar e produção agroalimentar e agroecológica.
- Reforma do currículo educacional para incluir tópicos agroecológicos.
- Convite aos jovens para monitorar os programas governamentais e a promoção de propostas agroecológicas.

Conhecimentos tradicionais

Quando falamos de conhecimento tradicional, nos referimos às habilidades, saberes e técnicas que facilitam a compreensão e a vivência das realidades dos povos, ao mesmo tempo em que constituem sua visão de mundo e identidade. São definidos como tradicionais na medida em que são conhecimentos transmitidos de geração em geração, mas que se transformam constantemente graças à interação diária com o meio ambiente. Os saberes tradicionais expressam-se em costumes, histórias, linguagem, gastronomia e práticas.

Atualmente, os conhecimentos tradicionais das comunidades camponesas, afrodescendentes e indígenas estão em risco, fato de grande importância se levarmos em conta que isso afeta a fruição da cultura, a consolidação da identidade e a ligação com a terra, o território, lugares ancestrais, águas e recursos naturais. A perda de conhecimento é a perda da conexão individual e comunitária com a mãe terra; A perda dos ecossistemas e da biodiversidade é também a perda da cultura e dos saberes tradicionais, pois existe uma relação de coexistência e codependência entre cultura e natureza.

Tanto os conhecimentos tradicionais quanto as figuras territoriais dos povos indígenas e comunidades afrodescendentes são reconhecidos mundialmente por entidades multilaterais, organizações privadas e instituições públicas. Esse reconhecimento se reflete na existência de acordos e convenções internacionais³ para a proteção dos povos indígenas e afrodescendentes, seus territórios e seus saberes. A subscrição destes acordos supõe o reforço da jurisprudência de cada país, devendo ser criadas leis que contribuam para o seu cumprimento; No entanto, na região observa-se que, apesar da existência deste tipo de legislação, os governos não têm sido contundentes no que diz respeito a respeitar e garantir o seu cumprimento. Ao contrário, os entraves nos processos de Consulta Prévia, Livre e Informada e o descumprimento das leis relativas à diversidade biológica refletem certo desinteresse pelos povos indígenas e afrodescendentes e seus modos de vida. Quando um governo permite que projetos entrem nesses territórios unilateralmente e sem consultar as comunidades; quando instituem programas educacionais sem considerar as culturas locais; ou quando desconhecem a riqueza linguística dessas comunidades; não é só descumprir a lei, mas também o patrimônio cultural desses povos.

³ Por exemplo: Convenção 107 da OIT para a proteção de populações indígenas e tribais em países independentes; Convenção 169 da OIT É a versão revisada da Convenção 107. Busca garantir os direitos dos povos indígenas e tribais a seu território e a proteção de seus valores culturais, sociais e econômicos; Fundo Convênio para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas: Estabelece o Convênio Constitutivo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe; Convenção sobre a Diversidade Biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos.

Isso tem resultado na perda de línguas em algumas comunidades da região, o que leva à perda da história desses povos por ser ensinada oralmente e transmitida de geração em geração. Muitos jovens não conhecem a história de sua cidade e não dominam seu idioma. A perda da língua e do território é para os povos indígenas a morte de sua história e do próprio povo.

Da mesma forma, a presença de grandes projetos em territórios indígenas e camponeses tem contribuído, em muitos casos, para experiências de deslocamento e danos à natureza. O deslocamento, por sua vez, fratura essa relação com a Mãe Terra e os saberes que se atualizam nessa interação cotidiana. A migração dos jovens para os centros urbanos também coloca em risco a transmissão desses saberes, uma vez que os saberes e fazeres da cidade deslocam o patrimônio cultural de seus territórios e a desvalorização desses saberes.

Da mesma forma, os danos à natureza se traduzem na diminuição da fauna, florestas, terra e água, todos necessários na relação entre os povos e seu meio ambiente. O sistema de produção de alimentos predominante contribui para essa degradação e ameaça a conservação das sementes nativas.

A discriminação e o racismo persistem contra os povos indígenas cuja cultura é vista apenas como mercadoria.

Diante desses desafios, surgem as seguintes propostas:

- Instigar os Estados e as agências internacionais a criar oportunidades de educação, saúde e emprego, dentro e fora de seus territórios, para que a juventude rural e indígena se desenvolva através do compartilhamento intergeracional do conhecimento tradicional com o objetivo de fortalecer a identidade. Particularmente para meninas, mulheres jovens e mulheres da comunidade.
- Criar espaços de capacitação e informação, como programas e fundos, para a capacitação de jovens indígenas e rurais, sobre a proteção dos conhecimentos tradicionais no sistema internacional de direitos humanos.
- Garantir que os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas da juventude indígena e rural, com seu consentimento livre, prévio e informado, orientem a tomada de decisões para uma resposta efetiva às mudanças climáticas, possibilitando monitoramento, promoção, conscientização, educação e pesquisa.
- Criação de programas educativos sobre conhecimentos tradicionais para jovens indígenas nos níveis primário, escolar, universitário e profissional. Com o objetivo de incentivar a promoção, inovação, recuperação e fortalecimento do conhecimento tradicional. (Diante dessa proposta, inclua no contexto que aqui nos referimos ao espaço das reservas e territórios indígenas. Especifique: programas de educação que não estejam relacionados a saberes tradicionais ou atividades/experiências cotidianas no campo. Ocorre que as

ofertas educativas focam em formação técnica destinada a promover o trabalho em grandes projetos).

- Promover processos de cartografia territorial para a identificação dos saberes ancestrais e para a defesa dos territórios.
- Implementar mesas de diálogo com instituições governamentais e instituições internacionais para o cumprimento das normas internacionais que protegem o conhecimento ancestral.
- Estimular a formação de jovens e autoridades na língua materna, que deve ser ensinada nas escolas.
- Implementar casas de sementes com apoio às suas comunidades como guardiãs dos saberes ancestrais.
- Promover estratégias e processos de comunicação que promovam o conhecimento ancestral.

Crise climática

A crise climática é um dos grandes desafios enfrentados pelas juventudes, rurais e urbanas, em todo o mundo. Se não forem implementadas medidas contundentes, as juventudes e as crianças serão as mais afetadas por cenários de escassez de água, aumento das temperaturas, perda da camada vegetal e desertificação dos solos, colocando em risco a sobrevivência; daí a importância das juventudes e o papel que elas podem desempenhar no fornecimento de soluções para a crise iminente.

Apesar das diferentes convocações feitas por organizações multilaterais, movimentos sociais, agências de cooperação e alguns países; somado à criação e ratificação de acordos internacionais que obrigam os Estados a tomar decisões efetivas, o panorama é sombrio. Longe de incentivar iniciativas que contribuam para a adaptação às mudanças climáticas, a tendência na região tem sido priorizar o desenvolvimento econômico em detrimento da preservação da vida e do meio ambiente.

Conforme mencionado em outros eixos, a presença de grandes indústrias nacionais e internacionais dedicadas à extração de matérias-primas tem agravado a degradação de ecossistemas vitais, não só para os ciclos ecológicos, mas também para as comunidades que ali vivem. Práticas como desmatamento de florestas e matas para extração de madeira, monoculturas e pecuária; pesca industrial; mineração e extração de combustíveis fósseis -em um tempo relativamente curto-, colocaram em risco os ciclos dos ecossistemas e suas relações simbióticas, causando a perda de colheitas e limitando o acesso a recursos vitais para a vida das pessoas.

Da mesma forma, as indústrias transformadoras, alimentares e têxteis, entre

outras, têm contribuído para o aumento de plásticos descartáveis e derivados, sem um plano de gestão deste tipo de resíduos. Soma-se a isso a falta de indústria e pouco apoio do Estado para iniciativas de transformação de resíduos que, sem dúvida, contribuem para mitigar os danos ambientais gerados. Além disso, não há políticas claras de gestão de resíduos sólidos e as estações de tratamento de efluentes não possuem manutenção adequada.

Embora existam acordos internacionais comprometidos com ações contra a crise climática, as medidas e compromissos não são conclusivos. Um dos acordos mais recentes é o de Escazú, que contempla medidas sobre questões de acesso à informação e proteção de defensores do meio ambiente; no entanto, vários países da região atrasaram sua ratificação, evitando a implementação das medidas ali propostas. A partir disso, entende-se que os governos têm pouco ou nenhum interesse em se comprometer com ações fortes para proteger o meio ambiente.

Pelo contrário, observa-se que, em muitos países da região, essas recusas são explicadas pelas relações que existem entre as grandes indústrias e alguns funcionários do governo. Portanto, não existem mecanismos fortes para forçar a mitigação dos danos ambientais gerados pelo setor industrial.

Segundo o último relatório do Grupo Intergovernamental de Especialistas em Mudanças Climáticas (IPCC), a articulação de uma frente comum de toda a sociedade é urgente para não ultrapassar o aumento de 1,5°C na temperatura do planeta. Um aumento que ultrapasse esse número representará sérios problemas para a espécie humana e sua vida no planeta. Em relação à agricultura, o relatório mostra que esse setor tem um potencial de mitigação entre 20% e 30% necessário até 2050. Embora o número seja animador, o desafio está em conseguir a vontade política dos governos de fortalecer medidas e investimentos em esse assunto; da mesma forma, também é necessário o comprometimento dos principais responsáveis pelas emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa). Embora seja importante uma política pública forte que regule e contribua para uma transição de paradigmas, também é fundamental respeitar a posse da terra das comunidades que habitam florestas e selvas.

A situação de emergência climática em muitos territórios da região é evidenciada por secas extremas, incêndios devido às altas temperaturas e chuvas que causam grandes inundações que obrigam comunidades inteiras a se deslocarem. A migração climática é um problema que deve ser tratado com urgência por meio de políticas abrangentes.

Diante desses desafios, surgem as seguintes propostas:

- Criar espaços de diálogo entre a juventude e as entidades ambientais nacionais para a formulação de planos e políticas voltadas para a proteção do meio ambiente.
- Estabelecer estratégias de monitoramento e fiscalização, desde as juventudes, para corroborar o cumprimento dos compromissos adquiridos

nas políticas e nos espaços de diálogo.

- Promover a criação de grupos interdisciplinares e fortalecer os grupos já existentes para a geração de estratégias inovadoras para enfrentar a crise climática.
- Promover a implementação de iniciativas de agroecologia para produção de alimentos e restauração de ecossistemas.
- Criar alianças com organizações sociais, instituições de ensino, entidades públicas e agências de cooperação que atuam na área ambiental, com o objetivo de fortalecer uma rede de conhecimento e iniciativas voltadas para a defesa do meio ambiente.
- Promover estratégias de acesso à informação adequada sobre práticas ancestrais de produção agroalimentar agroecológica e proteção e recuperação de ecossistemas. Além disso, é necessário realizar a sistematização de saberes ancestrais sobre sustentabilidade e boas práticas ambientais.
- Implementar estratégias de mapeamento territorial para identificar as áreas de maior vulnerabilidade climática, bem como a proteção das comunidades e seus recursos naturais contra situações de risco e desastres naturais.
- Promover políticas públicas e legislações que responsabilizem os principais poluentes.
- Fim da criminalização dos defensores da terra, água, florestas e biodiversidade. Políticas nacionais de proteção e reconhecimento do papel dos defensores são necessárias para acabar com a criminalização e a impunidade.

Direito à comunicação e participação política

Quando falamos em direito à comunicação, estamos nos referindo ao direito que temos de acessar livremente a informação e o conhecimento, bem como a possibilidade de nos expressarmos como cidadãos. Nesse sentido, o direito à comunicação é imprescindível para o pleno exercício de nossa cidadania. Este último está intimamente relacionado com a participação dos cidadãos nos espaços públicos. Nos governos democráticos, o Estado desempenha um papel de extrema importância, pois é responsável por fornecer garantias para que os cidadãos possam acessar as informações e participar dos espaços de advocacy sem nenhum tipo de risco.

Embora a maioria dos governos da ALC seja classificada como democrática, observa-se diariamente conluios entre os meios de comunicação e os governos com o objetivo de deturpar as informações que os cidadãos recebem; assim como a expansão da mídia privada que fecha o caminho para a mídia pública e

comunitária - com a ajuda do governo no poder. Em outros casos, a prevalência dos meios de comunicação públicos não é garantia da qualidade da informação que chega aos cidadãos e, ao contrário, funcionam como amplificadores de propaganda dos governos.

A América Latina e o Caribe é a região que, nos últimos dois anos, registrou o maior número de assassinatos de lideranças sociais e ambientais em países como Colômbia, Brasil, Honduras, Guatemala, Nicarágua e Peru. O silenciamento dessas lideranças supõe uma fratura no tecido social das comunidades e o estabelecimento do medo para prejudicar os exercícios de participação política, além de impunidade no esclarecimento desses crimes. Em alguns casos, a mídia, mais do que informar, assumem como linha editorial a invisibilidade destes crimes ou a sua justificação dissimulada.

Os meios de comunicação comunitários estão sendo arbitrariamente fechados, invadidos e não contam com o apoio financeiro para garantir sua sustentabilidade. Os comunicadores populares são perseguidos e ameaçados pelo seu trabalho e não têm apoio financeiro para sua defesa legal. As organizações sociais não possuem garantias de segurança digital e enfrentam continuamente o roubo de informações sigilosas que podem colocá-las em risco.

O exposto confirma a distância entre os meios de comunicação e os cidadãos, razão pela qual, de diferentes setores, se privilegia a consulta a meios e plataformas alternativas. Nesse espectro, muitas organizações de camponeses, povos indígenas e comunidades afrodescendentes na ALC vêm desenvolvendo estratégias de comunicação comunitária onde os jovens encontram um espaço para aprendizado e advocacy, por meio da criação de conteúdo. O caráter participativo inerente aos processos de comunicação popular e comunitária permite que as juventudes rurais configurem espaços de advocacy que começam com trocas de experiências e chegam a momentos de tomada de decisão e seleção de conteúdos a informar. Esses espaços são de grande valor para as juventudes, pois são poucos os cenários que permitem que eles se expressem e levem em consideração suas opiniões. O desafio que as juventudes têm em termos de participação envolve questionar e transformar o adultocentrismo, tornando visíveis suas expectativas, experiências, reflexões e propostas para alcançar a autonomia de seus territórios.

Dentro dos processos de comunicação comunitária, os jovens também devem superar as dificuldades relacionadas à conectividade, aquisição de equipamentos, capacitação, ameaças e intimidações pela presença nesses espaços. Soma-se a isso a desvantagem que os meios de comunicação comunitários têm em relação aos meios de comunicação de massa, já que são estes últimos que têm o andaime para conseguir maior divulgação e serem reconhecidos pelos cidadãos. Isso reduz a visibilidade do conteúdo da comunidade para que a circulação de seu material não transcenda a escala local.

Como referido anteriormente, os processos de comunicação comunitária requerem um mínimo para concretizar a sua implementação (equipamento e formação), o que se traduz na necessidade de recursos económicos para garantir essas condições. O problema apontado pelos jovens é que, muitas vezes, esses recursos estão atrelados a projetos de cooperação com validade determinada; a falta de recursos compromete a permanência destas iniciativas e, nos casos em que se sustentam, não há garantias de renda fixa para os jovens que a elas se dedicam, optando por abandoná-las e procurar um emprego que garanta uma renda fixa.

Apesar disso, a comunicação comunitária é fundamental para as juventudes rurais, pois garante o acesso e a troca de informações, fato que influi no desenvolvimento de sua subjetividade e em seus compromissos políticos, portanto, em suas opções de participação como atores políticos. A garantia do direito à comunicação das juventudes rurais é fundamental para articular e fortalecer as estratégias de defesa territorial, pois permite visibilizar conflitos e articular redes.

O desafio subjacente prende-se com o cerco a estes processos e que resultam em ameaças aos jovens e a conseqüente desistência deste tipo de processos. Este é um dos grandes desafios enfrentados pela juventude da região, já que ameaças de intimidação fraturam processos sociais fundamentais para a defesa do território. Também em outros casos, identifica-se a cooptação dessas lideranças para ganho político, fato que também pode significar possíveis rupturas com seu meio social.

Diante desses desafios, surgem as seguintes propostas:

- Que as comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes da ALC continuem promovendo processos de comunicação comunitária onde as juventudes encontrem espaços de aprendizagem e incidência, por meio da criação de conteúdos a serviço das agendas de suas organizações e em defesa dos territórios.
- Rever a legislação de comunicação de nossos países da América Latina e do Caribe para democratizar o acesso e uso do espectro eletromagnético, de forma que permita que nossos povos tenham acesso a mais meios de comunicação comunitários.
- A garantia do direito à comunicação da juventude rural é fundamental para articular e fortalecer as estratégias de defesa territorial, desde que possibilite a visibilidade dos conflitos e a articulação de redes. Aqui é importante destacar que é importante fortalecer a participação das mulheres nesses processos.

- Garantia (acesso à internet, apoio financeiro, segurança, direito à informação) para alcançar processos de comunicação e abrir espaços para participação e informação.
- Articular as iniciativas de comunicação comunitária com o objetivo de obter maior difusão até alcançar uma estratégia regional de comunicação e participação.

Promover a articulação de processos judiciais e assessoria jurídica aos comunicadores populares criminalizados e presos por seu trabalho a serviço dos povos.

- Promover escolas de formação em comunicação com ampla participação das juventudes. Aqui incluem tópicos relacionados à produção de conteúdo digital.
- Garantir a vida dos defensores e dos comunicadores comunitários.
- Implementar estratégias de comunicação que permitam posicionar e dar visibilidade aos problemas e demandas das vozes das juventudes rurais.
- Incluir as juventudes em espaços de decisão, políticas públicas e projetos sociais: regionais e nacionais com enfoque de gênero.
- Garantir a vida dos defensores e dos comunicadores comunitários.
- Implementar processos de formação política com juventudes rurais.

Conflito Violento e a Proteção de Defensores da Terra e do Território

Os membros do movimento da Juventude Terrestre e Territorial reconhecem que os defensores da terra são líderes vitais em nossa sociedade, possuindo conhecimentos e habilidades fundamentais para transformar os territórios em que vivem, mantendo o equilíbrio com a natureza e resistindo aos avanços daqueles que degradam o meio ambiente. Os defensores da terra desempenham um papel fundamental na proteção dos direitos humanos, do meio ambiente e da biodiversidade em todo o mundo. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu Relatório Anual 2020, observa que "os defensores dos direitos humanos terrestres e ambientais estão em situação de vulnerabilidade em toda a região", e denuncia que "as empresas extrativistas e outros atores econômicos têm sido responsáveis por ameaças, perseguições, agressões e assassinatos de pessoas que defendem seus territórios e o meio ambiente", e muitas vezes carecem de proteção adequada por parte do Estado.

De acordo com a Global Witness, conforme a mudança climática se intensifica, a violência contra os defensores da terra está aumentando. Seu relatório (2021) afirma que em 2020 mais de 1.400 defensores do meio ambiente foram mortos

nos últimos 10 anos. Ele também indica que a América Latina e o Caribe é a região com o maior número de assassinatos de líderes sociais e ambientais, a maioria deles homens, nos últimos quatro anos. Em 2020, a Colômbia foi mais uma vez o país com o maior número de ataques registrados no mundo, com 65 defensores assassinados.

A Global Witness revela que globalmente 227 ativistas ambientais e fundiários foram mortos em 2020 por defenderem suas terras e o planeta. Um terço destes ataques foi contra indígenas e afrodescendentes, e quase metade contra pequenos agricultores.

O modelo extrativista que predomina na América Latina está na raiz de muitos destes ataques. De acordo com a mesma organização, pelo menos 30% dos ataques registrados estavam relacionados à exploração de recursos, através da exploração de madeira, barragens hidrelétricas e outras infra-estruturas, mineração e agronegócios em larga escala.

Um relatório do Grupo de Trabalho de Dados ALLIED (2022), aponta que os assassinatos de defensores de terras e territórios são apenas a ponta do iceberg em comparação com o número de ataques não letais dos quais são vítimas, tais como criminalização, ameaças, estupro, detenção arbitrária. Esta situação alarmante expressa a insegurança em que vivem muitos defensores e que têm que enfrentar estas violações diariamente. Soma-se a isto a impunidade que caracteriza o tratamento destes casos pelas instituições que administram a justiça nos países, e a falta de políticas de proteção.

A resposta do Estado deve ser abrangente, baseada na prevenção, proteção e reconhecimento do papel dos defensores, mas os agentes do Estado estão frequentemente envolvidos em ataques contra os defensores e, em alguns casos, fazem parte do grupo de perpetradores, o que tem repercussões de uma forma que limita os direitos constitucionais e permite que as autoridades criminalizem sem provas e sem defesa; além disso, os mecanismos e/ou marcos legais, especialmente nas áreas rurais, não estão bem regulamentados e não são muito específicos, o que não gera garantias ou certeza de que seus direitos serão cumpridos.

Além disso, a indiferença social às experiências dos defensores da terra torna mais difícil para eles lutar e buscar proteção em suas próprias comunidades e territórios. Estes desafios trazem consigo, naturalmente, o medo, o que leva muitos defensores a decidir retirar-se da luta para defender sua terra e seus territórios.

O silêncio desses líderes leva a uma fratura no tecido social das comunidades e ao estabelecimento do medo para minar a participação política, assim como a impunidade no esclarecimento desses crimes. Os defensores da terra são uma força vital para proteger e conservar nosso planeta. Nós, os jovens que defendemos a terra e o território, somos parte desta luta.

Diante desses desafios, surgem as seguintes propostas:

- Protocolos para a prevenção e proteção contra a violência e criminalização dos defensores da terra.
- É essencial estudar o contexto de perigo em que vivem os defensores da Mãe Terra e trabalhar juntos para proporcionar-lhes proteção, treinamento e projetos que fortaleçam seu compromisso com a proteção do meio ambiente e com a busca de um futuro sustentável para todos.
- Realizar campanhas de conscientização sobre a situação dos defensores da terra.
- Incentivar as organizações membros da ILC para que procurem assegurar que os compromissos e ações a serem tomadas na COP28 para implementar o Acordo de Paris integrem a proteção dos direitos humanos.
- Assegurar uma proteção legislativa e regulatória eficaz e robusta do meio ambiente, dos direitos trabalhistas, dos direitos da terra, dos direitos dos povos indígenas, dos comunicadores comunitários, dos defensores da terra e dos territórios.
- Qualquer legislação utilizada para criminalizar os defensores deve ser declarada nula e sem efeito.
- Exigir que as empresas e instituições financeiras realizem a devida diligência para prestar contas pela violência e outros danos aos defensores da terra e do meio ambiente, em todas as suas operações, incluindo as cadeias de fornecimento e relações comerciais.
- Promover o financiamento de espaços legais voluntários que apoiem os defensores.
- Promover espaços de articulação entre academia, comunidades e estudantes para o fortalecimento do conhecimento jurídico e acompanhamento jurídico relevante para os defensores da terra.
- Promover denúncias públicas em rádio e televisão com o apoio de organizações internacionais.
- Fortalecer e promover a autoproteção, proteção comunitária e liderança comunitária.
- Uso de componentes tecnológicos para manter registros atualizados de conflitos e gerar alertas precoces.

Progresso e compromisos

Como pôde ser observado ao longo do documento, apesar da complexidade de cada um dos países que compõem a região, as juventudes rurais encontram desafios e ações comuns que funcionam para cada contexto. Entre as propostas promovidas por este documento, há algumas que requerem vontade política e sérios compromissos por parte dos Estados. Mas também há propostas cuja concretização está ao seu alcance. Isso porque não partimos do zero, todos eles estão ligados a organizações sociais locais que vêm atuando em algumas das prioridades aqui priorizadas; suas experiências são um ponto de partida para o posicionamento dessa agenda.

No México, a Rede OJA tem centrado seus esforços para proteger a conectividade florestal. Esta rede é uma plataforma de fortalecimento e trabalho conjunto, desde e com os jovens, para promover a governança territorial como eixo estratégico. A governança territorial é vital porque envolve o meio ambiente e as pessoas que nele vivem, é a relação básica para a proteção dos ecossistemas florestais e se realiza através do trabalho coordenado das diferentes comunidades que habitam as florestas. Nesse espaço, as juventudes são protagonistas, pois são elas que dinamizam a articulação da rede e abrem espaços de fortalecimento em temas como desenvolvimento institucional, fortalecimento organizacional e técnico, conectividade territorial, cultura ambiental e ordenamento do território.

Luna Creciente -No Equador- é um grupo de organizações que tem trabalhado nas questões da mulher, defesa da terra e do território, alimentação saudável e segura, agroecologia e defesa da água. YPARD-Peru tem trabalhado para apoiar projetos de desenvolvimento rural para jovens rurais, com o objetivo de incentivá-los a permanecer no campo, destacando seu potencial.

Finalmente, as Organizações para as Populações Deslocadas, Étnicas e Camponesas de Montes de María -OPDs-, uma rede guarda-chuva que reúne organizações de aldeias e juntas de ação comunitária, vem trabalhando pela permanência no território, integrando as demandas dos povos indígenas, afrodescendentes, camponeses, mulheres e jovens. As OPDs têm fortalecido iniciativas de planejamento ambiental e defesa do território, com base no reconhecimento de sua riqueza ecológica e cultural e, com o objetivo de frear o avanço das monoculturas na área.

Claro que essas não são as únicas iniciativas que se destacam no grupo e, muito menos, no nível da América Latina e Caribe, mas servem de exemplo para entender que as juventudes rurais têm espaços para posicionar suas propostas e trabalhar de forma articulada para a realização destes.

O que necessitamos?

- Compromisso e paixão.
- Plataformas virtuais para encontros regionais.
- Espaços físicos para reuniões em nossos países.
- Recursos económicos.
- Garantias de segurança e proteção para o exercício de nossa liderança.
- Vontade política por parte dos nossos Estados.

Nesta ordem de ideias, o posicionamento deste documento passa por ter em conta os recursos que estão disponíveis, os recursos que são necessários, as ações possíveis de serem desenvolvidas por quem construiu o documento e pelos aliados.

Quais recursos temos?

- Vínculo direto com uma organização rural e conexão e intercâmbio com outras organizações.
- Equipes de comunicação e mídia comunitária.
- Redes sociais das organizações.
- Apoio de organizações privadas e agências de cooperação.
- Espaços de interlocução com as organizações.

Com o que nos comprometemos como jovens?

- Apresentar a agenda às organizações a que pertencemos.
- Divulgar a agenda entre organizações aliadas.
- Apresentar a agenda em espaços de diálogo com os tomadores de decisão, em nível local e nacional.
- Visibilizar a agenda através de redes sociais oficiais e meios comunitários de comunicação.
- Articular as iniciativas que temos vindo a desenvolver desde as nossas organizações e países, de forma a consolidar uma plataforma regional.

Atores Aliados:

Local: Organizações camponesas vizinhas, entidades territoriais (em alguns casos), grupos de comunicação e mídia comunitária e instituições educacionais de formação básica.

Nacional: Organizações não-governamentais, organizações de mulheres e organizações de trabalhadores.

Regional/Global: ILC, YPARD, IICA, INIA, INTA, RELASER, FAO, Slow Food, Procasur, CEPAL, RIMISP, Thought for food y Global indigenous Youth Caucus.

Referências

- Comisión Económica para América Latina y el Caribe -CEPAL- (2019). Panorama Social de América Latina 2018. Santiago de Chile: CEPAL.
- FAO (Food and Agriculture Organization). (2014). Latin America and the Caribbean Food and Agriculture. Santiago: Food and Agriculture Organization
- FAO (Food and Agriculture Organization). (2021). Seguimiento de los progresos relativos a los indicadores de los ODS relacionados con la alimentación y la agricultura correspondientes a 2021. Informe sobre los indicadores de los que es responsable la FAO. Roma. <https://doi.org/10.4060/cb6872es>
- Fernández, Juan; María Ignacia Fernández e Isidro Soloaga. (2019) "Enfoque territorial y análisis dinámico de la ruralidad: alcances y límites para el diseño de políticas de desarrollo rural innovadoras en América Latina y el Caribe". Documentos de Proyectos. Ciudad de México: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- Guiskin, Maia. (2019) "Situación de las juventudes rurales en América Latina y el Caribe". Serie Estudios y Perspectivas-Sede subregional de la CEPAL en México, N° 181. Ciudad de México, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2019.
- ILC Y OXFAM (2020) Uneven Ground. Land Inequality at the heart of unequal societies.
- Morris, Michael; Sebastian, Ashwini Rekha; Perego, Viviana Maria Eugenia; Nash, John D.; Diaz-Bonilla, Eugenio; Pineiro, Valeria; Laborde, David; Chambers, Thomas Timothy; Prabhala, Pradeep; Arias, Joaquin; De Salvo, Carmine Paolo; Centurion, Miriam Elizabeth. (2016). Panoramas alimentarios futuros. Reimaginando la agricultura en América Latina y el Caribe. Washington, D.C.: World Bank Group.
- Rabobank. 2015. Latin America Agricultural Perspectives. Latin America After the Commodity Boom Series. Utrecht: RaboBank.
- Rodríguez, Ernesto. (2020). Trabajando con Jóvenes Rurales en América Latina: Una Revisión Crítica Necesaria. Montevideo: CELAJU.
- UNEP-WCMC (2016) El estado de la biodiversidad en América Latina y el Caribe. UNEP-WCMC, Cambridge, Reino Unido.
- Viveros, Mara (2016). La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. Bogotá Colombia.
- Informe Anual de 2020, la CIDH
- Global Witness es una ONG internacional establecida en 1993 que trabaja para romper los vínculos entre la explotación de los recursos naturales, los conflictos, la pobreza, la corrupción y los abusos de los derechos humanos en todo el mundo.
- [The industries causing the climate crisis and attacks against defenders | Global Witness](#)
- [Masacres en Colombia durante el 2020, 2021, 2022 y 2023 - Indepaz](#)
- ALLIED DATA WORKING GROUP (2022)